

## Relato da 161ª Reunião do Plenário

No dia 24 de março de 2026, pelas 10h00, realizou-se, no Conselho Nacional de Educação (CNE), a centésima sexagésima primeira sessão plenária, com a seguinte ordem de trabalhos:

09h30 – Tomada de posse de novos conselheiros.

10h00 – 1. Apreciação do relato da 160ª Sessão Plenária.

2. Apresentação do Relatório da Inspeção-Geral de Educação e Ciência *Avaliação Externa das Escolas: Relatório 2022-2023 e 2023-2024* pela Senhora Inspetora-Geral, Professora Doutora Ariana Cosme.

3. Informações.

4. Intervenção do estudante Joel Rodrigues a propósito do Dia Nacional do Estudante.

5. Análise e discussão do projeto de Recomendação *Para um currículo dos primeiros seis anos de escolaridade*.

6. Análise e discussão do projeto de Recomendação *Questões críticas da educação musical e do ensino especializado e profissional da música*.

7. Análise e discussão do projeto de Recomendação *A indução de professores*.

8. Outros assuntos.

Tomaram posse treze conselheiros indicados por diferentes entidades e organismos, tal como previsto na Lei Orgânica do Conselho Nacional de Educação: Hermínia Pereira Coelho Rodrigues, pela Assembleia Regional da Região Autónoma dos Açores; Rita João de Maya Gomes Sammer e Inês de Saint-Maurice Esteves de Medeiros, pela Associação Nacional de Municípios Portugueses; Amílcar Francisco Albuquerque dos Santos e Carlos Alberto Martins de Sousa Louro, pelos estabelecimentos públicos de ensino não superior; Mário de Oliveira Nogueira, pelas associações sindicais de professores (FENPROF); Joana Francisca Costa Soares Regadas, pelas associações de estudantes do ensino universitário; Luís Miguel Pereira dos Santos, pelo Instituto de Avaliação Educativa, I.P. (IAVE, I. P.), atualmente integrado no EduQA, I. P.; Joana Maria Rodrigues Batalha Marchão e Ana Cristina Câmara Cortesão Casimiro, do conselho científico do EDUQA, I. P. (anteriormente conselho científico do IAVE, I.P.); Domingos Adão Pereira Mendes e Luís Alberto da Gama Freixo Silva Ribeiro, pelas associações pedagógicas; Guilherme Magalhães Rocha, pela Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional, I. P., presentemente integrada no EduQA.

Dando as boas-vindas a todos, o presidente iniciou a sessão dando a palavra à Senhora Inspetora-Geral de Educação e Ciência (IGEC), Professora Doutora Ariana Cosme, que já se encontrava presente, para apresentar o documento *Avaliação Externa das Escolas: Relatório 2022-2023 e 2023-2024*. A Senhora Inspetora-Geral realçou as alterações

metodológicas do 3º ciclo de avaliação, que introduziram a observação de aulas. Identificou como recomendações do relatório: a) reforçar a qualidade e consistência da autoavaliação e dos documentos orientadores; b) melhorar o acompanhamento das práticas educativas e a avaliação das aprendizagens; c) promover um diagnóstico mais rigoroso para uma educação inclusiva e equitativa; d) incentivar a participação ativa dos alunos e o desenvolvimento da cidadania; e e) investir na capacitação dos docentes em áreas-chave do processo educativo. Os conselheiros João Couvaneiro, Flávia Vieira, Luís Santos, Amílcar Santos, João Paulo Mineiro e Inês de Medeiros intervieram tecendo comentários, proferindo elogios ao trabalho realizado pela IGEC e formulando questões que foram respondidas pela Professora Ariana Cosme.

Enquadrado no ponto um da ordem de trabalhos, e após duas pequenas retificações, o relato da 160ª sessão foi aprovado por unanimidade.

Passou-se ao ponto três da ordem de trabalhos. O presidente informou sobre as últimas atividades desenvolvidas pelo CNE, nomeadamente: a publicação do *Estado da Educação 2024* (online e em suporte de papel) e do *DICA 2025* (por enquanto só online) e as audições a que tem ido a pedido da Assembleia da República e do Ministro da Educação da Ciência e Inovação. Tem recebido, nestes contextos, elogios pelo trabalho que o CNE tem desenvolvido. Até ao final do primeiro semestre do ano corrente está prevista a realização de mais três recomendações, quatro seminários, duas publicações em suporte de papel e dois pareceres, entre outras tarefas. A Secretária-Geral informou ainda que a Assembleia da República solicitou ao CNE um estudo sobre ética escolar e o estatuto do aluno que será por si coordenado.

Seguiu-se uma intervenção do conselheiro Joel Rodrigues a propósito do Dia Nacional do Estudante. Partindo das lutas estudantis de 1962, destacou o papel atual dos estudantes na defesa dos seus direitos e na participação ativa na vida pública, social e cultural do país.

Para o cumprimento do ponto cinco da ordem de trabalhos, começou por ser apresentado o projeto de Recomendação *Para um currículo dos primeiros seis anos de escolaridade* pelos respetivos conselheiros-relatores: Jesus Maria Fernandes (coordenadora da 1ª Comissão Especializada Permanente, CEP), Cristina Bastos, Hermínia Rodrigues e José Luís Presa. A coordenadora apresentou a situação, destacando a pesquisa e análise histórica sobre a reconfiguração curricular para os dois primeiros ciclos em Portugal. Baseou-se na revisão da literatura, numa análise comparativa entre treze países e em audições a especialistas, nacionais e estrangeiros. Os conselheiros Amélia Lopes, Luís Ribeiro, Mário Nogueira, Rita Sammer, Adão Mendes, Jorge Gonçalves, Cristina Câmara, Anabela Sotaia e Fernando Magalhães intervieram, elogiando o documento, pedindo esclarecimentos e sugerindo ajustes, que foram tidos em consideração. Posto à votação, o projeto de recomendação foi aprovado, com três abstenções. O conselheiro Mário Nogueira, tendo votado a favor, apresentou uma declaração de voto que integrará a recomendação a publicar no Diário da República. Seguiu-se uma pausa para o almoço.

Os trabalhos foram retomados no ponto seis da ordem de trabalhos. O coordenador da Comissão Especializada Eventual da Educação e do Ensino da Música, Rodrigo Queirós e Melo, em nome dos demais relatores, também presentes, João Paulo Mineiro e Mariana Carvalho, contextualizou o projeto de Recomendação no âmbito da educação e do ensino da música que se baseou no relatório técnico *O ensino da música no sistema educativo português: ensino geral, ensino artístico especializado e ensino profissional*. Neste relatório foram evidenciadas questões que carecem de respostas adequadas que assegurem um desenvolvimento coerente e equilibrado das diferentes modalidades do ensino da música. Neste sentido, o projeto de recomendação sublinha a necessidade de reforçar o ensino da música em Portugal. Seguiu-se a intervenção dos conselheiros Cláudia André, Inês de Medeiros, Luís Ribeiro, Mário Nogueira e Ana Balcão Reis que elogiaram o projeto de recomendação, tendo pedido alguns esclarecimentos e levantado algumas questões daí decorrentes. Após a discussão e os esclarecimentos prestados, o projeto de recomendação foi aprovado por unanimidade.

Dando cumprimento ao ponto sete da ordem de trabalhos, a conselheira Assunção Flores, coordenadora da 4ª CEP, em seu nome e das outras conselheiras-relatorias, Cláudia André e Paula Queirós, apresentou o projeto de recomendação *A indução de professores*, que decorreu do relatório técnico *Indução profissional docente: da conceptualização às perspetivas nacionais e internacionais*. O projeto de recomendação sublinha a necessidade da implementação efetiva da indução no nosso país, como uma etapa fundamental para a integração profissional dos docentes e para a melhoria do seu desempenho e, consequentemente, para a melhoria da qualidade do ensino e das aprendizagens. A propósito, intervieram os conselheiros Amílcar Santos, Anabela Sotaia e Jesus Maria Fernandes, que elogiaram o trabalho e formularam questões. Após a discussão e a clarificação das questões suscitadas procedeu-se à votação tendo o projeto de recomendação sido aprovado por unanimidade.

Relativamente ao ponto oito da ordem de trabalhos, a conselheira Inês de Medeiros pediu a palavra para manifestar a sua preocupação com a concretização no disposto no Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho, que, na sua opinião, ao nível da criação de unidades especializadas, está a ser muito complicada. Neste sentido, referiu ser da maior importância encontrar estratégias e procedimentos adequados para acompanhar o desenvolvimento da referida legislação acerca da educação inclusiva. O presidente reforçou que este é um assunto da máxima relevância, referindo as várias iniciativas do CNE no âmbito desta matéria, bem como o recente relatório “Avaliação da Educação Inclusiva” (Pessoas 2030). Referiu ainda que, lamentavelmente, no domínio do acompanhamento, monitorização e avaliação, a legislação não está a ser plenamente cumprida.

Não havendo outros assuntos a tratar, o presidente manifestou o seu agrado pela forma profunda e construtiva como decorreram os trabalhos, agradeceu de novo a presença e o contributo de todos e deu por terminada a reunião do plenário, pelas dezasseis horas e quarenta minutos.